



2018/03/22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 12/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 22 DE MARÇO DE 2018**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, não tendo comparecido o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, teve lugar a décima segunda reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Informou que o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo se encontra ausente por motivo de, em representação do Município, participar na reunião da Assembleia Geral da "RESINORTE, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.". Foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número onze da reunião desta Câmara Municipal de oito de março corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações. Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** perguntou se existe no Concelho algum ponto de carregamento de veículos elétricos ou se está prevista a sua colocação.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse que está prevista para breve a sua colocação, pelas entidades competentes.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n° 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2017

PONTO 2 - União das Freguesias de Tarouca e Dálvares - pedido de apoio para a aquisição de um terreno em Dálvares, destinado à construção de um Centro Cívico

PONTO 3 - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (Lei n° 112/2017, de 29 de dezembro) - proposta

PONTO 4 - Sofia de Almeida, residente em Vila Chã do Monte - pedido de confirmação do reconhecimento formal do direito ao processo de regularização constante da Lei n° 112/2017, de 29.12

PONTO 5 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - informação

PONTO 6 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias

PONTO 7 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 1 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTANTES DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO, REFERENTE AO ANO DE 2017

Presente o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei nº 24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), referente ao ano de dois mil e dezassete, o qual foi oportunamente remetido aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte: "No geral concordo com o relatório, traduz de facto o entendimento que tem havido entre nós e a forma como temos trabalhado em conjunto até hoje.

Quero salientar o bom entendimento entre toda a equipa, sem deixarmos de discutir sobre as diferenças que existem. Tem sido fácil trabalhar e enfrentar os problemas do Concelho em conjunto.

No seguimento do que sugeri logo no início do corrente mandato, reitero a proposta de a oposição ter um espaço próprio na Câmara Municipal para o seu trabalho autárquico. Também já no mandato anterior, falei sobre o acesso à informação: se fosse possível irmos recebendo a informação relativa às matérias a tratar em reunião, com maior antecedência, seria muito proveitoso. Atualmente, o tempo é pouco para analisar os assuntos e para colocar dúvidas.

Quando há a certeza de que há um assunto que está concluído e despachado para a reunião do Executivo, entendo que os vereadores da oposição deveriam ter acesso à respetiva documentação mais cedo."

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso propôs que quando o Município se faça representar em determinadas feiras ou eventos, como foi o caso da última edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, os vereadores da oposição sejam convidados a estar presentes, até como visitantes, permitindo-lhes assim ter perceção direta do que ali aconteceu e até enaltecer o trabalho que está a ser feito pelo Executivo. Salientou que o Executivo pode contar com os Vereadores sem pelouro nestas situações, porque têm vontade de participar.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, disse o seguinte: "Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, registei as suas palavras.

A minha vontade seria reunir previamente consigo mais vezes para explicar os assuntos agendados, mas o tempo é escasso, pois a direção da Régiefrutas ocupa-me bastante. Só assim foi possível cumprir com os objetivos fixados.



2018/03/22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Concordo que, por vezes, há assuntos que poderíamos reunir antes e conversar.

Conhecemo-nos todos tão bem, porque não havemos de arranjar um tempo para discutir estes assuntos! A função de cada um é essa. É um aspeto que, com certeza, vamos melhorar.

Quanto à Bolsa de Turismo de Lisboa, já estive presente uma vez e quero lá voltar.

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso tem razão quando diz que há algumas coisas que não estão tão bem e devem ser melhoradas. É esse o nosso objetivo, melhorar todos os dias, e acredito que serão melhoradas as condições da presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, quer pela Comunidade Intermunicipal do Douro, quer pelo Turismo Porto e Norte.

Como disse, nós somos muito importantes para o Douro.

Discutido ao assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o relatório de avaliação o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei n.º 24/98, de 26 de maio (Estatuto do Direito de Oposição), referente ao ano de dois mil e dezassete, e enviar o mesmo à Assembleia Municipal.

PONTO 2 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TAROUCA E DÁLVARES - PEDIDO DE APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE UM TERRENO EM DÁLVARES, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO CÍVICO

Presente o ofício número cinco, de sete de março corrente, remetido pela União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, solicitando a atribuição de um subsídio no valor de € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), destinado à aquisição de um terreno em Dálvares - junto ao nicho da Senhor de Fátima, destinado à construção de um Centro Cívico.

O Senhor Presidente da Câmara informou que na localidade de Dálvares está à venda um terreno que a Freguesia entende ser o adequado para ali se construir um espaço público destinado a festividades religiosas e outras atividades culturais, pretendendo também recuperar a casa ali existente.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que reconhece a necessidade de um espaço público da referida natureza em Dálvares. Quanto ao valor do apoio a conceder, deixa ao critério do Senhor Presidente da Câmara, que saberá melhor as disponibilidades financeiras do Município.

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso perguntou se o valor solicitado pela Freguesia corresponde ao preço total do prédio em causa.

O Senhor Presidente da Câmara informou que este é o montante que Junta de Freguesia pediu, desconhecendo se corresponde ao preço total da compra.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à União de Freguesias de Tarouca e Dálvares um subsídio no valor de € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), para o efeito solicitado, mediante a celebração de um protocolo

(alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 3 - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO) - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO)

PROPOSTA

Considerando que:

- a)** o programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
- b)** o referido programa e diploma legal é aplicável à Administração Local;
- c)** o Município cumpriu, em tempo, a comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais da existência destes vínculos precários nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro;
- d)** neste Município, exercem, ou exerceram funções, 64 trabalhadores que se enquadram no âmbito dos pressupostos legais previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12¹, identificados na folha 1 do mapa 1 em anexo.

Auscultados os responsáveis dos vários serviços do Município em que os trabalhadores exerceram e/ou exercem funções em regime de 7h/5h de trabalho diário e 35h/25h semanais, constata-se que 44 postos de trabalho **correspondem a necessidades permanentes dos serviços: 8 trabalhadores para a carreira de técnico superior, 3 trabalhadores para a carreira de assistente técnico e 33 trabalhadores para a carreira de assistente operacional.**

Estão em causa **44 postos de trabalho** em que os trabalhadores asseguram funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias e, em todos os casos, sem o vínculo jurídico adequado;

¹ A presente lei abrange as pessoas a que se refere o n.º 1 exerçam ou tenham exercido as funções em causa:

a) No período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização;



2018/03/22

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

e) por outro lado, neste Município exercem, ou exerceram funções, 51 trabalhadores que se enquadram no âmbito dos pressupostos legais previstos na alínea b)² do n.º 1 do artigo 3.º do citado diploma, identificados na folha 2 do mapa 1 em anexo.

Auscultados os responsáveis dos vários serviços do Município em que os trabalhadores **exerceram e/ou exercem** funções, constata-se que **15 destes postos de trabalho correspondem a necessidades permanentes dos serviços: 1 trabalhador para a carreira de técnico superior; 1 trabalhador para a carreira de assistente técnico e 13 trabalhadores para a carreira de assistente operacional.**

Neste caso, os trabalhadores que reúnem os requisitos legais para poder concorrer a este procedimento de regularização são 51, sendo que não estiveram nem estão todos ao serviço do Município em simultâneo.

No total, estão em causa 59 postos de trabalho correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias e, em todos os casos, sem o vínculo jurídico adequado.

Em síntese, considerando os casos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º da citada Lei 112/2017, estão reunidos os pressupostos legais para regularização de vínculos precários, tendo em vista a satisfação de necessidades permanentes deste Município, das seguintes carreiras e categorias:

9 postos de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, para o exercício das funções identificados a folhas três do Anexo 1;

4 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente técnico, para o exercício das funções identificadas a folhas quatro do Anexo 1;

46 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional, para o exercício das funções identificadas a folhas cinco do Anexo 1;

Considerando que o Mapa de Pessoal do Município prevê lugares para estes postos de trabalho, após aditamento em número do estritamente necessário, mediante proposta apresentada pelo órgão executivo e aprovada por decisão do órgão deliberativo, conforme n.º 2 do artigo 6.º da Lei 112/2017, de 29.12, em sua

² "b) Nos casos de exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos emprego -inserção, contratos emprego -inserção+, as que tenham exercido as mesmas funções nas condições referidas no proémio, durante algum tempo tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização;"

sessão ordinária de 23/02/2018, e que existe cabimento orçamental, conclui-se que estão reunidos todos os pressupostos legais que permitem a regularização destes vínculos laborais, pelo que,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12, reconhecer que estão em causa 59 postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes do Município e que o vínculo jurídico dos colaboradores é inadequado, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do mesmo diploma, para que possa ser publicitado o procedimento concursal.

Paços do Município, 19 de março de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada da lista discriminada dos postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes dos serviços e dos trabalhadores que podem ser opositores aos respetivos procedimentos concursais, por reunirem as condições fixadas no citado diploma.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a lei permite a regularização da situação das pessoas que se encontravam entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017 com vínculos precários, tendo os lugares sido aprovados em Assembleia Municipal. Salientou que a proposta abrange os chamados "falsos recibos verdes" e os trabalhadores com Contrato Emprego -Inserção. Disse ainda que, no total, existem 90 pessoas para 59 lugares. No entanto todos poderão ser opositores aos procedimentos concursais.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou o seguinte:

1.º se os trabalhadores que estão abrangidos pela alínea a) da proposta transitam automaticamente para o mapa de pessoal, ou se é necessário abrir procedimento concursal;

2.º se todos os trabalhadores com vínculo precário constam da lista anexa à proposta.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta informou que é necessário que os trabalhadores nesta situação concorram aos procedimentos concursais a abrir e que nem todos os trabalhadores constam da lista.

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso disse que concorda que a lista está feita com bom intuito, mas, na sua opinião, deveria ser em dois documentos: uma lista com os trabalhadores que são elegíveis e outra com aqueles que não são elegíveis.

Perguntou se foram ouvidos os Chefes de Divisão e porque é que, por exemplo, o Senhor Manuel da Cruz concorre a pedreiro e não pode concorrer a cantoneiro.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta informou que a lista foi elaborada pelo Serviço de Recursos Humanos; que foram ouvidos todos os Chefes de Divisão e o Senhor Diretor da Escola sobre o assunto e que o trabalhador em causa só poderá

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

concorrer ao lugar de pedreiro porque eram essas as funções que exercia em 2017.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse que, por exemplo, a Divisão de Gestão Urbanística e do Ambiente necessita de um arquiteto, no entanto na ponderação desta necessidade a título permanente, verificou-se, na prática dos serviços uma maior necessidade permanente de técnicos na área do ambiente, o que não retira outras necessidades associadas aos serviços. Salientou que da listagem junta constam todos os postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes e os trabalhadores que reúnem os requisitos fixados na lei para serem opositores aos procedimentos concursais.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que não tem dados para questionar a necessidade dos serviços, mas que gostaria de conhecer a lista de todos os trabalhadores.

Perguntou ainda se, após o processo de regularização, é possível o Município manter avenças.

O **Senhor Presidente da Câmara** informou que sim, exemplificando com os docentes das atividades de enriquecimento curricular. Disse ainda que, por exemplo as tarefeiras que exercem funções na escola, a tempo parcial, são em número superior ao número de postos de trabalho, e por isso nem todas poderão ver a sua situação regularizada, mas é uma consequência que decorre da lei.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** disse que, na sua opinião, se a proposta fosse melhorada, conseguiriam uma decisão unânime, apesar de não ter dúvidas de que a lista está transparente. Contudo, a questão que se coloca é que, em conjunto com o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias são dois Vereadores eleitos por uma força política diferente e irão votar uma situação que não controlam. Salientou que desconhecem se realmente não estão a excluir ninguém e se o que aqui está, inclui ou não toda as pessoas que deveria incluir. Concluiu reiterando que a proposta deveria vir acompanhada de três listas: uma a lista que está, outra com os trabalhadores elegíveis e outra com os trabalhadores não elegíveis.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Senhor Vereador já expliquei que a lista foi preparada pelo Serviço de Recursos Humanos, e que ninguém foi excluído.

Estou a tentar explicar o melhor que posso e sei. A Chefe de Divisão da DAF foi a uma formação sobre o assunto."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Face às dúvidas que tinha, em relação a mim, a situação está esclarecida.

Não pondo em causa as questões técnicas, aceito-as em pleno.

Uma vez que os Chefes de Divisão consideram que são estas as necessidades dos serviços, e estando aqui de facto todos os trabalhadores que exerceram as funções e podem ser opositores ao concurso não vejo inconveniente."

Discutido o assunto, foi deliberado no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12, por maioria de três votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso, com fundamento nas razões constantes da sua intervenção supra transcrita, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, reconhecer que estão em causa 59 postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes do Município, identificados na lista anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzida, e que o vínculo jurídico dos colaboradores é inadequado, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do mesmo diploma, para que possa ser publicitado o procedimento concursal.

PONTO 4 - SOFIA DE ALMEIDA, RESIDENTE EM VILA CHÃ DO MONTE - PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO RECONHECIMENTO FORMAL DO DIREITO AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO CONSTANTE DA LEI N.º 112/2017, DE 29.12

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES CORRESPONDENTES A NECESSIDADES PERMANENTES PARA EFEITOS DE CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO
REQUERENTE: SOFIA DE ALMEIDA**

PROPOSTA

A requerente Sofia de Almeida vem informar que esteve ao serviço desta Autarquia de 2010 a 2018, a recibos verdes, numa situação de precariedade, desempenhando funções correspondentes à satisfação de necessidades permanentes, considerando que está abrangida pelo processo de regularização constante da Lei n.º 112/2017, pelo que requer a confirmação formal desse direito.

Analísado o pedido, verifica-se que:

1.º a Lei n.º 112/2017, de 29.12 abrange as pessoas que exerçam ou tenham exercido funções correspondentes a necessidades permanentes e que o vínculo jurídico é inadequado, no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data



2018/03/22

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

do início do procedimento concursal de regularização (alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 2.º do referido diploma);

2.º em 1 de janeiro de 2017, estava, de facto, em vigor um contrato de aquisição de serviços celebrado entre o Município de Tarouca e a requerente, para prestação de serviços de informação fiscal, registo de dados e outro apoio técnico no serviço local de finanças de Tarouca (ver cópia em anexo).

3.º aquele contrato foi celebrado em 12.08.2016, com início de produção de efeitos no dia 01.08.2016, pelo prazo de um ano.

Ora, conforme expressamente previsto no contrato, a requerente durante o período de vigência do mesmo, a requerente exerceu sempre funções no Serviço Local de Finanças de Tarouca, satisfazendo necessidades do mesmo, sob exclusiva orientação do respetivo chefe, sobre matérias a competência legal exclusiva daquela entidade. Por consequência, as funções exercidas pela requerente, no período supra indicado, não correspondem a necessidades permanentes do Município de Tarouca e dos respetivos serviços.

Com fundamento no exposto, proponho o indeferimento do pedido, por não estarem reunidos os requisitos fixados no n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12.

Mais proponho que a requerente seja notificada do projeto de decisão para efeitos de audiência prévia.

Paços do Município, 19.03.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que a requerente não exercia funções no Município no período de 1 de janeiro a 4 de maio de 2017, mas sim no Serviço Local de Finanças, não estando no entanto impedida de vir a ser opositora aos procedimentos concursais que forem abertos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, desde que reúna os requisitos.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse lhe suscita dúvidas a proposta de decisão, uma vez que a requerente tinha um contrato com o Município, que era também a entidade que lhe pagava a remuneração e que, por exemplo, têm sido celebrados contratos de emprego-inserção com pessoas que nunca estiveram efetivamente ao serviço do Município e constam da lista apreciada no ponto anterior da ordem do dia, como cumpridores dos requisitos.

Salientou que o contrato de prestação de serviços celebrado com o Município tinha como objeto o exercício de funções no serviço local de finanças.

Concluiu dizendo que, nestas circunstâncias, tem muitas sobre o assunto, que não estando esclarecidas o impedem de tomar uma decisão consciente."

O Senhor Presidente da Câmara explicou que quando se fez o contrato com a Dra. Sofia Almeida foi na sequência de um pedido do Serviço de Finanças de Tarouca, tendo a mesma sido contratada para ajudar nesse trabalho.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse que ninguém põe em causa que a requerente tenha celebrado um contrato com o Município, mas é indispensável fundamentar a necessidade permanente daquelas funções, o que não se verifica.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que, ao abrigo do exposto no número anterior, compreende-se. Discutido o assunto, foi deliberado por maioria de dois votos a favor, uma abstenção do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias e um voto contra do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, indeferir o pedido de Sofia Almeida, por não estarem reunidos os requisitos fixados no n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29.12., devendo a requerente ser notificada do projeto de decisão para efeitos de audiência prévia.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 05.03.2018 a 20.03.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas

Total: € 193,87

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para atividade de angariação de fundos.

❖ Fábrica da Igreja Paroquial da Vila de Salzedas

Total: € 700,00



2018/03/22

MUNICÍPIO DE TAROUCA**CÂMARA MUNICIPAL**

Finalidade: Apoio em espécie (transporte de pessoas) com destino a Fátima, com um grupo de jovens de Salzedas.

❖ **Associação Social do Castanheiro do Ouro**

Total: € 639,60

Finalidade: Apoio em espécie (t-shirt's) para as atividades da Associação.

❖ **Liga dos Amigos de Santa Luzia de Vila Pouca de Salzedas**

Total: € 99,49

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para as atividades da Associação.

Tarouca, 20 de março de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os presentes apoios.

PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 05.03.2018 a 20.03.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

Total: € 1.338,14

Finalidade: Apoio em espécie (material construção), para casa memoria José Leite Vasconcelos - Ucanha;

Tarouca, 20 de março de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número trinta e nove, de vinte e um de março corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 140.635,66 (cento e quarenta mil e seiscentos e trinta

e cinco euros e sessenta e seis cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 315.376,24 (trezentos e quinze mil e trezentos e setenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Sousa Teixeira Ramos*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

